



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

TRANSFORMADO EM ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2023 - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0003191-39.2022.4.01.8012)

REDE CORPORATIVA DE LONGA DISTÂNCIA

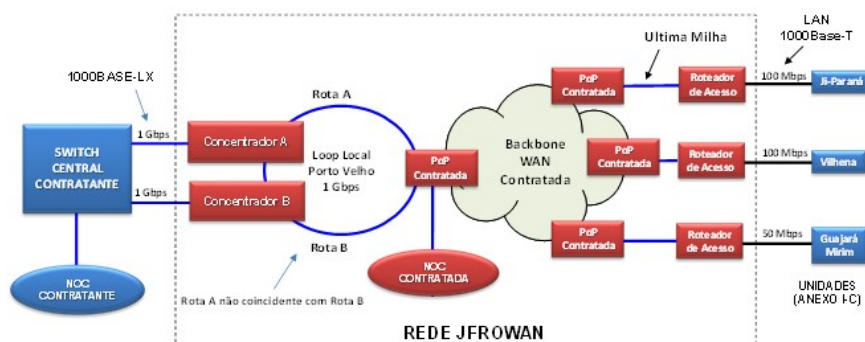
1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em comunicação de dados, com locação de equipamentos e infraestrutura para transmissão de dados de alta capacidade, por radiofrequência e/ou enlace óptico, em caráter privativo, além de manutenção corretiva e preventiva, para interligar as UNIDADES da Seção Judiciária de Rondônia – SJRO (Subseções Judiciárias de Ji-Paraná e Vilhena – SSJJIP e SSJVHA e Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim – UAA-GUM) ao NÓ CENTRAL (data center instalado na sede SJRO, em Porto Velho), que é o ponto concentrador da rede.

1.2. Para fins deste Termo de Referência, será denominado como CIRCUITO cada interligação individual entre uma UNIDADE e o NÓ CENTRAL, e será denominada como JFROWAN o conjunto de todos os CIRCUITOS.

1.3. A presente contratação visa a locação de equipamentos, na modalidade *turn-key* de uma Rede Privada de Telecomunicações para o transporte de dados, voz e vídeo, constituindo a JFROWAN, operada pela própria CONTRATANTE de acordo com os termos do SLP (Serviço Limitado Privado) da Anatel.

1.4. O diagrama abaixo mostra todos os componentes a serem instalados e fornecidos 100% integrados e operando em regime *turn-key* e que formam JFROWAN:



1.5. A solução a ser contratada é uma Rede Privada de Telecomunicações com todos seus meios de transmissão (por rádio-enlaces de micro-ondas ou fibras ópticas) de uso exclusivo da CONTRATANTE, sem qualquer tipo de compartilhamento com outros usuários, para prover uma conexão de alta capacidade, disponibilidade e qualidade no ambiente da JFROWAN.

1.6. A JFROWAN deverá promover a integração total dos serviços de dados, voz e vídeo por meio de protocolo TCP/IP de todas as UNIDADES mencionadas acima.

1.7. Os vocábulos e termos técnicos utilizados neste documento podem ser referenciados no Anexo II-A.

1.8. São partes integrantes deste Termo de Referência:

- 1.8.1. Anexo II-A – Glossário e Definições (18030220);
- 1.8.2. Anexo III-B – Requisitos Técnicos Específicos (18030278);
- 1.8.3. Anexo IV-C – Circuitos de Dados (endereços) (18030683);
- 1.8.4. Anexo V-D – Cadernos de Testes para o Recebimento Provisório (18030744);
- 1.8.5. Anexo VI-E – Caderno de Métricas (18030854);
- 1.8.6. Anexo VII-F – Modelo de Proposta de Preços (18030974);
- 1.8.7. Anexo VIII-G – Minuta de Contrato (18031022).

1.9. Havendo a inclusão de novos CIRCUITOS, a CONTRATADA deverá ampliar a capacidade da interligação do backbone ao NÓ CENTRAL.

1.10. É facultado à CONTRATADA instalar os equipamentos concentradores da JFROWAN nas instalações da CONTRATANTE, no NÓ CONCENTRADOR, ou nas suas próprias instalações.

2. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS E DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

2.1. Para a formação de preços, as LICITANTES deverão ofertar o VALOR GLOBAL, observando a planilha de preços e as condições discriminadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA / CIRCUITO	QUANTIDADE DE MESES	BANDA DE ACESSO MÍNIMA	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	-------------------------------	---------------------	------------------------	--------------------	-------------------

1	Serviço de comunicação de dados com locação de equipamentos de telecomunicações, para interligação do data center (NÓ CENTRAL) aos sites descritos no Anexo IV-C, pertencentes à Subseção Judiciária de Ji-Paraná (UNIDADE).	30	100 Mbps		
2	Serviço de comunicação de dados com locação de equipamentos de telecomunicações, para interligação do data center (NÓ CENTRAL) aos sites descritos no Anexo IV-C, pertencentes a Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim (UNIDADE).	30	50 Mbps		
3	Serviço de comunicação de dados com locação de equipamentos de telecomunicações, para interligação do data center (NÓ CENTRAL) aos sites descritos no Anexo IV-C, pertencentes a Subseção Judiciária de Vilhena (UNIDADE).	30	100 Mbps		
4	Ponto Concentrador para interligação aos sites descritos no anexo IV-C, pertencente a Seção Judiciária de Rondônia em Porto Velho (UNIDADE).	30	250 Mbps		
TOTAL DA LOCAÇÃO (R\$)					
5	Serviços de instalação dos equipamentos , para interligação do data center (NÓ CENTRAL) aos sites descritos no Anexo IV-C, pertencentes à Subseção Judiciária de Ji-Paraná (UNIDADE).			parcela única	
6	Serviços de instalação dos equipamentos , para interligação do data center (NÓ CENTRAL) aos sites descritos no Anexo IV-C, pertencentes a Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim (UNIDADE).			parcela única	
7	Serviços de instalação dos equipamentos , para interligação do data center (NÓ CENTRAL) aos sites descritos no Anexo IV-C, pertencentes a Subseção Judiciária de Vilhena (UNIDADE).			parcela única	
TOTAL DA INSTALAÇÃO (R\$)					
VALOR GLOBAL DO CONTRATO (INSTALAÇÃO + ENCARGOS MENSAIS) (R\$)					

2.2. Os custos unitários relativos à instalação não poderão ultrapassar o dobro do valor mensal do respectivo CIRCUITO.

2.3. Caso o custo de instalação seja superior ao limite estabelecido no item anterior, a LICITANTE deverá diluir o custo excedente no valor mensal do respectivo CIRCUITO, detalhando na proposta a parcela correspondente, **a fim de que seja eliminada no caso de renovação contratual.**

2.4. O preço do CIRCUITO será formado pelo custo de interligação da UNIDADE ao backbone, acrescido da parcela proporcional de custo da interligação do backbone ao NÓ CENTRAL.

2.5. Não será inserido na planilha de formação de preços valor específico para a interligação do backbone ao NÓ CENTRAL.

2.6. O preço dos circuitos poderá ser realizado de acordo com os intervalos de distâncias geodésicas da UNIDADE ao NÓ CENTRAL, adotando-se critério similar ao utilizado pela Anatel na Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), conforme disposto no artigo 1º, inciso III e § 2º, do Anexo II, da Resolução Anatel 590/2012.

2.7. No valor proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de prestação dos serviços, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

2.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação.

2.9. O VALOR GLOBAL proposto apresentado no Modelo de Proposta de Preços – Anexo VII-F será de exclusiva e total responsabilidade da LICITANTE, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos preços sob alegação de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto.

2.10. Na hipótese de ser constatado que o VALOR GLOBAL não corresponde à somatória dos Valores Totais de cada item, será efetuada nova somatória para apuração do VALOR GLOBAL correto.

2.11. A proposta deverá indicar, necessariamente, o nome do(s) responsável(is) técnico(s) da LICITANTE, e ainda, as comprovações técnicas conforme item 14 deste instrumento.

3. DAS JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo dar continuidade ao provimento da comunicação de dados entre as UNIDADES (SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e UAA-GUM) e o NÓ CENTRAL (data center da SJRO, em Porto Velho).

3.2. A CONTRATANTE tem importantes projetos técnicos e estratégicos que, nos últimos anos, intensificaram o uso de suas redes de dados remotas, exigindo alta capacidade e qualidade da rede de transmissão de dados, de modo que a largura de banda mínima, conforme a tabela do item 2.1 acima, trará mais conforto aos usuários na utilização dos serviços disponíveis e a serem implementados na rede JFROWAN.

3.3. A não contratação implicará interrupção de serviços de dados responsáveis por conectar as redes de computadores das SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e da UAA-GUM, localizadas a grandes distâncias, tornando-os essenciais, uma vez que repercutem diretamente na execução das funções finalísticas da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias vinculadas, dentre as quais vale destacar:

3.3.1. Plataforma de Videoconferência;

3.3.2. Plataforma Teams par conversação e gravação de Audiências;

3.3.3. Portal de Educação EAD;

3.3.4. Plataforma do Sistema de Expedientes e/ou Processos Administrativos SEI;

3.3.5. Plataforma do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe);

3.3.6. Plataforma Office 365;

3.3.7. Rede Wifi;

3.3.8. VoIP.

3.4. Atento aos desafios impostos pela prestação jurisdicional, a grande complexidade gerencial da justiça, a dificuldade de selecionar e conduzir projetos que realmente agreguem valor ao “negócio” do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou a Resolução n. 70, em março de 2009, que instituiu o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e determina a elaboração dos planos estratégicos dos Tribunais, alinhados ao plano nacional, assim como o acompanhamento da realização das metas mediante as Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE's. Por meio das Resoluções de n. 99/09 e 211/15, o CNJ instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário e determinou a cada tribunal a criação do seu próprio Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC, de forma que todo e qualquer investimento esteja alinhado ao PETIC.

3.5. A contratação em tela tem o fito de assegurar o cumprimento do Objetivo n. 8 da Resolução 370 do CNJ, qual seja “Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas”, na medida em que visa assegurar que os CIRCUITOS de comunicação entre as diversas unidades da SJRO sejam suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação institucionais, especialmente o Sistema Processual E-Proc, com o máximo de comprometimento de banda de 80%.

3.6. Todas as iniciativas do CNJ de implementar a Governança Organizacional e de TIC são fundamentadas em casos de sucesso e nas recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão n. 1.603/2008-Plenário, que norteiam os tribunais da necessidade de implantar a governança corporativa e de TIC. Convém destacar que o assunto foi objeto de atenção do TCU no Acórdão nº. 1.233/2012-TCU- Plenário, que recomendou a elaboração de um modelo de estrutura e a formalização de um processo de gerenciamento de projetos, observando as boas práticas sobre o tema, como o guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK).

3.7. Considera-se ainda a forte expectativa de contratação de novos funcionários e magistrados provenientes dos concursos públicos, as tendências como BYOD – *Bring Your Own Device* (tendência na qual os funcionários conectam seus equipamentos de uso pessoal à rede corporativa para fins de trabalho) que estão permeando profusamente em todas as corporações, e que todos os anos novos serviços são incorporados ao catálogo de serviços da STI, concluímos que a demanda por tráfego de dados será crescente, sendo a estimativa de capacidade de difícil mensuração.

3.8. A SJRO mantém contratos de rede WAN em caráter privado SLP, denominada JFROWAN, e tem apresentado excelentes resultados em termos de qualidade e de custo de serviço, sendo tecnicamente estável, conforme vem sendo constatado na atual rede implantada se comparada com a rede SCM (pública) anterior, que apresentava baixo desempenho (alta latência e perda de pacotes), altos índices de indisponibilidade e alto tempo de recuperação nos casos de falha. Os problemas enfrentados com a rede SCM anterior foram sanados com a atual rede SLP. A JFROWAN atualmente em operação utilizou como paradigma a experiência exitosa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que atingiu o primeiro lugar no CNJ após a implantação da rede. A rede SLP atual atende às regulamentações propostas pelo CNJ e aos requisitos de disponibilidade, qualidade e segurança dos respectivos tribunais. Além do TJ-RJ, foi verificado que esse tipo de contratação por rede SLP também já foi adotada pelo TRF-1, TRF-3, TRE-RO, TJ-RJ, TJ-RO, MP-RO, FIRJAN, DPE-RO, dentre outros.

3.9. O serviço de conectividade, por meio dos circuitos da JFROWAN, é fundamental para o Poder Judiciário, sem o qual não é possível operacionalizar atividades fim, como procedimentos de cartório, registro e tramitação de processos, expedição de mandados de segurança, emissão de sentenças, bem como as atividades administrativas como protocolo e mensageira, entre outros.

3.10. Os sistemas de informação já existentes no ambiente de TIC da SJRO devem se manter em funcionamento para dar suporte ao negócio do Poder Judiciário, exposto no seu planejamento estratégico por meio de sua visão: “Oferecer à sociedade efetivo acesso à Justiça”. Nesse contexto, os sistemas de informação do Poder Judiciário não podem sofrer descontinuidade.

3.11. A JFROWAN destina-se à interligação das UNIDADES (SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e UAA de Guajará-Mirim) ao NÓ CENTRAL (instalado diretamente no Data Center da SJRO) e continuará sendo uma rede 100% privada, conhecida como Serviço Limitado Privado (SLP), regida pela Lei N.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT) e regulamentado pelo Decreto N.º 10.930, de 7 de janeiro de 2022, que aprova o Regulamento de Serviço Limitado e pela Portaria do Ministério das Comunicações N.º 455, de 18 de setembro de 1997 e seus ANEXOS – Norma N.º 13/97 – Serviço Limitado.

3.12. O SLP é um serviço de telecomunicações, de interesse restrito, explorado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, destinado ao uso do próprio executante ou prestado a determinados grupos de usuários, selecionados pela prestadora mediante critérios por ela estabelecidos, e que abrange múltiplas aplicações, dentre elas comunicação de dados, de sinais de vídeo e áudio, de voz e de texto.

3.13. A JFROWAN continuará a ser SLP em virtude da segurança e da garantia da integridade dos dados nela transmitido e da inviolabilidade a invasões e ataques "hacker". Não é seguro utilizar infraestruturas compartilhadas de terceiros para transmissão de dados judiciais sensíveis como os da SJRO, uma vez que a comunicação 100% segura é fundamental para a atividade jurisdicional. Com o número crescente de programadores proficientes que conseguem, agindo sozinhos ou em grupo, ganhar acesso não autorizado e ilegal a informações em redes públicas, mesmo com a aplicação de "firewalls" de alto custo, isso graças aos próprios avanços da tecnologia de informação, a forma mais segura e direta de evitar tais invasões é a completa separação física do transporte dos dados judiciais das redes públicas de telecomunicações SCM.

3.14. A operação de infraestrutura própria e dedicada garante, além do meio físico exclusivo, o tratamento diferenciado perante aos demais clientes da CONTRATADA.

3.15. Deve-se ressaltar que os requisitos expostos neste instrumento deverão ser integralmente atendidos completamente na forma de Serviços Limitados Privados – SLP.

3.16. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

3.16.1. Disponibilizar uma rede de comunicação de dados de alta disponibilidade para interligação entre as UNIDADES (SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e UAA-GUM) e o NÓ CENTRAL (data center da SJRO, em Porto Velho).

3.16.2. Assegurar o acesso de todos usuários das UNIDADES aos serviços de rede disponibilizados no seu NÓ CENTRAL, mais notadamente aos sistemas administrativos e processuais, consulta as informações contidas na Intranet e Internet, correio eletrônico, acesso aos discos virtuais, entre outros.

3.16.3. Garantir a adequação da capacidade dos canais de comunicação de dados à demanda atual e as que surgirão durante a vigência do contrato.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A demanda está alinhada com os seguintes normativos:

5.1.1. Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026, objetivo 8 "Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas" (Resolução n. 370/2021-CNJ);

5.1.2. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da Justiça Federal, para o sexênio 2021-2026, objetivo estratégico "Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal" (Resolução n. 685/2020 -CJF);

5.1.3. [Plano Diretor de TI da Justiça Federal da 1ª Região – PDTI 2021-2023, objetivos estratégicos "Elevar a qualidade dos serviços prestados"](#);

5.1.4. Acórdão nº. 1.233/2012-TCU-Plenário, que recomendou a elaboração de um modelo de estrutura e a formalização de um processo de gerenciamento de projetos, observando as boas práticas sobre o tema, como o guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK);

5.1.5. Resolução n. 477, de 28 de fevereiro de 2018 que dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal;

5.1.6. A contratação não consta no Plano Anual de Contratação da SJRO – PAC 2023.

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO

6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) e o Estudo Técnico Preliminar (18001154).

7. RELAÇÃO ENTRE DEMANDA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

7.1. As UNIDADES a serem interligadas, bem como os requisitos de negócios da CONTRATANTE, foram considerados na determinação da quantidade de pontos a serem interligados, velocidades contratadas e requisitos de qualidade

7.2. As necessidades de cada UNIDADE, no quesito velocidade, são variadas e crescentes em decorrência da implantação de diversos projetos como os descritos nos itens 3.2 e 3.3. O modelo de contratação adotado, onde a infraestrutura é de uso exclusivo da CONTRATANTE e apresenta equipamentos e meios de transmissão padronizados, assegura um desempenho mínimo para os hardwares, de forma que a velocidade final ofertada em cada CIRCUITO seja em função das características intrínsecas do hardware, do meio de transmissão especificado e das interfaces de rede. As interfaces de rede estipuladas guardam padrão de compatibilidade com as interfaces utilizadas nos switches centrais da rede interna das UNIDADES e no switch do NÓ CENTRAL.

7.2.1. As conexões entre as UNIDADES e o NÓ CENTRAL deverão apresentar velocidades mínimas conforme a tabela do item 2.1 acima, a fim de atender satisfatoriamente o uso dos serviços disponíveis e a serem implementados na rede JFROWAN, conforme destacado nos itens 3.2 e 3.3, permitindo aos usuários da rede uma velocidade de transmissão de dados mais próxima à velocidade de uma rede local (100 Mbps para as SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e 50 Mbps para a UAA-GUM) e, por consequência, maior conforto e agilidade nas atividades, especialmente aquelas relativas ao compartilhamento de arquivos, primando, assim, pelo melhor desempenho e pela redução dos riscos de indisponibilidade dos serviços oferecidos.

7.2.2. O NÓ CENTRAL deverá apresentar conexão redundante ao backbone da JFROWAN com velocidade mínima de 250 Mbps em cada conexão, conforme diagrama apresentado no item 1.4.

8. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE SOLUÇÃO DISPONÍVEIS NO MERCADO

8.1. Durante os estudos técnicos preliminares, foram levantadas as soluções abaixo descritas, bem como os órgãos, respectivos instrumentos contratuais e valores envolvidos (considerando-se a realidade de cada órgão):

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores e etc.)	Link das consultas (doc. SEI)	Valor Global R\$
1	Circuito de dados ponto a ponto, SLP, com locação de infraestrutura de telecomunicações de uso exclusivo pela CONTRATANTE, mediante circuito em fibra óptica ou circuito por rádio enlace, para interligação das UNIDADES ao NÓ CENTRAL. Tecnologia envolvida na solução: Serviço Limitado Privado (SLP).	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO Seção Judiciária de Rondônia – SJRO	TRE-RO: Contrato 6/2019 (17999571); SJRO: Contrato 11/2018 (6783840).	TRE-RO: R\$ 1.702.400,00. SJRO: R\$ 331.200,00.
2	Circuito de dados ponto a ponto, com contratação de serviços de telecomunicações e uso de rede pública SCM, para interligação das UNIDADES ao NÓ CENTRAL. Tecnologia envolvida na solução: Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).	Seção Judiciária do Maranhão – SJMA Seção Judiciária do Mato Grosso – SJMT Seção Judiciária do Amazonas – SJAM	SJMA: Contrato 24/2018 e 4º Termo Aditivo (17260387); SJMT: Contrato 24/2018 e 5º Termo Aditivo (17260406); SJAM: Contrato 02/2019 e 6º Termo Aditivo (17260393).	SJMA: R\$ 408.238,20. SJMT: R\$ 823.904,64. SJAM: R\$ 1.572.000,00.

8.2. A equipe de planejamento da contratação, notadamente dos membros técnicos, concluiu que a Solução 1 é a contratação mais vantajosa para SJRO, já que a JFROWAN destina-se à interligação das UNIDADES (SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e UAA-GUM) ao NÓ CENTRAL (data center da SJRO, em Porto Velho) e deverá ser uma rede privada (sem compartilhamento de links), do tipo Serviço Limitado Privado (SLP), regida pela Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT).

8.3. O SLP é um serviço de telecomunicações, de interesse restrito, explorado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, destinado ao uso do próprio executante ou prestado a determinados grupos de usuários, selecionados pela prestadora mediante critérios por ela estabelecidos, e que abrange múltiplas aplicações, dentre elas comunicação de dados, de sinais de vídeo e áudio, de voz e de texto. A banda contratada, por não ser compartilhada, assegura aproveitamento de 100% da banda.

8.4. Já a licença SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) é um serviço coletivo, de compartilhamento de meios, não adequado à SJRO devido a criticidade dos serviços ofertados no link das Subseções, de maneira que não garante 100 % da banda contratada.

8.5. A JFROWAN deverá ser privada em virtude da segurança, da performance e da garantia da integridade dos dados nela transmitido. Portanto, não é adequado utilizar banda compartilhada (licença SCM) de transmissão de dados uma vez que a comunicação de qualidade é fundamental para a atividade jurisdicional. O uso privativo garante meio exclusivo e tratamento diferenciado perante aos demais clientes da SJRO.

9. DA NATUREZA DO OBJETO, DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO (CRITÉRIO DE JULGAMENTO)

9.1. Embora a solução pretendida seja formada por tecnologia de comunicação, os elementos que a compõem são descritos com padrões usuais de mercado e de precificação objetiva. Dessa forma, trata-se de serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento por meio de especificações usuais no mercado padronizadas para todos as LICITANTES.

9.2. Deverá, portanto, ser adotada a modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR VALOR, consoante as condições definidas neste Termo de Referência e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

9.3. Sagrar-se-á vencedora, a LICITANTE que ofertar o MENOR VALOR.

10. DO PARCELAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

10.1. Há entre estes uma interdependência entre os CIRCUITOS que inviabiliza a realização de seu parcelamento e prestação por mais de uma empresa. Isso porque o Projeto de Backup, que se pretende implantar, entre as UNIDADES (SSJ de Ji-Paraná e Vilhena e UAA-GUM) implica a necessária conexão no mesmo backbone. Considera-se também que a divisão causará grande dificuldade no gerenciamento da rede e dos contratos dela advindos, visto que poderá haver uma empresa responsável para cada CIRCUITO ou grupo de CIRCUITOS.

10.2. No caso da ocorrência de problemas na comunicação de rede, a multiplicidade de prestadoras de serviço dificultará a atividade dos fiscais e gestores em buscar a responsabilização pelos inconvenientes. Além disso, não é viável à CONTRATANTE dispor de grande número de servidores para gerenciar todo o serviço de rede e as CONTRATADAS incumbidas de prestá-los, na hipótese de segregação, tendo em vista que isso sobrecarregará desnecessariamente o corpo técnico envolvido.

10.3. Desta forma, com o escopo de ampliar a competitividade entre as empresas atuantes no mercado, bem como para facilitar o acompanhamento dos problemas que porventura se originarem do serviço e aprimorar o exercício da fiscalização e da gestão contratual, a equipe técnica entende que não deve ser o objeto dividido em mais de um lote/grupo. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto não poderá ser dividido em itens, e que sua divisão traria prejuízos para o objetivo final almejado. Portanto, **o objeto desta licitação será indivisível e será adjudicado a uma única LICITANTE.**

11. DA VISTORIA

11.1. A LICITANTE poderá realizar vistoria prévia nas UNIDADES e no NÓ CENTRAL, que integrarão a rede JFROWAN, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade de execução do objeto, mediante prévio agendamento, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, junto à Seção de Tecnologia da Informação – Seinf, às Subseções Judiciárias de Ji-Paraná e Vilhena – SSJJIP e SSJVHA e à Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim – UAAGM, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, nos seguintes contatos e endereços:

11.1.1. NÓ CENTRAL:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA – SJRO

Av. Presidente Dutra, 2205 – Baixa da União, CEP 76.805-902. Porto Velho/RO.

Seção de Tecnologia da Informação – Seinf.

(69) 2181-5705, com confirmação por meio do e-mail seinf.ro@trf1.jus.br.

11.1.2. UNIDADES:

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA – SSJVHA

Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196 – Bairro Jardim Eldorado, CEP: 76.987-174. Vilhena/RO.

Seção de Suporte Operacional e Administrativo – Sesap-VHA.

(69) 3322-2068/2063, com confirmação pelo e-mail sesap.vha@trf1.jus.br.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ – SSJJIP

Rua Raimundo Alves de Abreu, 925 – Centro, CEP 76.900-038. Ji-Paraná/RO.

Seção de Suporte Operacional e Administrativo – Sesap-JIP.

(69) 2181-5799, com confirmação pelo e-mail sesap.jip@trf1.jus.br e seafi.jip@trf1.jus.br.

UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO DE GUAJARÁ-MIRIM – UAA-GUM

Avenida Duque de Caxias, 2409 – Santa Luzia, CEP 76.850-000. Guajará-Mirim/RO.

Seção de Suporte à Unidade Avançada de Atendimento – Sesup-GUM

(69) 2181-5958, com confirmação pelo e-mail uaa.gum@trf1.jus.br.

11.2. A LICITANTE não poderá alegar desconhecimento das características técnicas e negociais referentes aos serviços a serem prestados, mesmo que opte por não vistoriar os locais onde os serviços serão executados.

11.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.4. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação. Diante da faculdade da sua realização da execução dos serviços, ficam, contudo, as LICITANTES cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores com o intuito de pleitear a inviabilidade do cumprimento das obrigações assumidas em decorrência de sua participação no certame licitatório, face ao desconhecimento dos serviços e/ou de dificuldades técnicas não previstas.

12. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

12.1. A CONTRATADA deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante a CONTRATANTE, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao meio ambiente.

12.2. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, devem ser observadas as seguintes regras:

12.3. Observar as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução TRF1/Presi 4/2016), em especial o disposto no art. 3º da referida resolução e o art. 17 da Resolução TRF1/Presi 201/2015.

13. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

13.1. A locação de infraestrutura para transmissão de dados de alta capacidade deverá incluir todos os insumos, equipamentos e recursos necessários para que se estabeleça o Serviço Limitado Privado de Comunicação de Dados, isto é, um serviço de telecomunicações não aberto à correspondência pública, destinado a prover uma comunicação de 100% dados privada.

13.2. Quanto a sua abrangência, o Serviço de Rede Privado que será implantado, em conformidade com o art. 5º do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62), será do tipo interior, ou seja, estabelecido entre estações brasileiras fixas, dentro dos limites da jurisdição territorial da União.

13.3. Quanto ao fim a que se destina, o Serviço de Rede Privado que será contratado, em conformidade com a classificação contida no art. 6º alínea “c”, número 4, do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.177/62), será do tipo Serviço Limitado Privado – SLP.

14.1 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1.1. Para a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, as LICITANTES deverão apresentar:

- a. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- b. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - i. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (artigo 3º do Decreto n. 8.538/2015);
 - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - iii. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- c. a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:
 - i. $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
 - ii. $SG = (\text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
 - iii. $LC = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}).$
- d. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis décimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo em vista tratar-se de prestação de serviços continuados.
- e. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, à critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

14.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL

14.2.1. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL, as LICITANTES deverão apresentar:

14.2.1.1. Comprovante de Certidão de Registro/Regularidade de Pessoa Jurídica perante o CREA, comprovando exercer atividade semelhante ao objeto. Caso a LICITANTE tenha sede em outro Estado, deverá comprovar, na data de assinatura do Contrato, que possui registro junto ao CREA-RO, considerando que a vigência contratual ultrapassará o período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme disposto no artigo 5º, § 2º, da [Resolução 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA](#);

14.2.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da LICITANTE, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando:

- a) a prestação de serviço ou execução de atividades de rede em caráter privado (SLP), com abrangência intermunicipal, e largura de banda maior ou igual a 50 (cinquenta) Mbps, interligando ao menos um ponto denominado NÓ CENTRAL do respectivo Estado a outro 01 (um) site localizado em município do interior do respectivo estado, sendo 50% (cinquenta por cento) da capacidade de largura de banda previsto para execução nos sites de Ji-Paraná e Vilhena, por um período igual ou superior a 30 (trinta) meses ininterruptos, não sendo aceitos atestados de capacidade técnica de serviços que caracterizem somente aspectos de instalação de equipamentos e comunicação de dados; OU
- b) a prestação de serviço ou execução de atividades de rede em caráter privado (SCM), com abrangência interestadual e largura de banda maior ou igual a 50 (cinquenta) Mbps, interligando ao menos um ponto denominado NÓ CENTRAL de um Estado a outro 01 (um) site localizado em município (de outras unidades federativas), sendo 50% (cinquenta por cento) da capacidade de largura de banda previsto para execução nos sites de Ji-Paraná e Vilhena, por um período igual ou superior a 30 (trinta) meses ininterruptos, não sendo aceitos atestados de capacidade técnica de serviços que caracterizem somente aspectos de instalação de equipamentos de comunicação de dados.

14.2.1.2.1. Para a comprovação da experiência, será aceito o somatório de atestados ou declarações, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

14.2.1.2.2. Os documentos deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante especificados em seu contrato social.

14.2.1.2.3. No(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- Razão social e CNPJ da LICITANTE;
- Razão social, CNPJ e endereço da entidade emitente;
- Data de emissão do documento;
- Número e vigência do contrato, empenho ou do documento que originou a contratação;
- Descrição clara e detalhada dos serviços realizados;

- Nome completo, cargo ou função do signatário, telefone de contato ou e-mail válidos e assinatura do representante legal.

14.2.1.2.4. As informações contidas nos atestados ou nas declarações estarão sujeitas à verificação de sua autenticidade.

14.2.1.2.5. As LICITANTES deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações e documentos necessários à comprovação de legitimidade dos atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados, sobretudo quando não evidenciadas as informações exigidas para efeito de comprovação da capacidade técnica da empresa.

14.3. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, as LICITANTES deverão apresentar:

14.3.1. Certidão de Acerto Técnico – CAT, emitida pelo CREA, **em nome do responsável técnico indicado na proposta**, comprovando a execução de serviços com as mesmas características da parcela de maior relevância exigidas, ou seja, implantação de rede de transporte de dados ponto-a-ponto interligando um ponto concentrador a outros pontos localizados em diferentes municípios, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme inciso I, § 1º, do art. 30 da Lei Federal n. 8.666, de 1993.

14.3.2. Comprovação de vínculo do profissional que exercerá a função de responsável técnico pelo objeto:

14.3.2.1. O responsável técnico deverá compor o quadro permanente da LICITANTE, na data prevista para entrega da proposta. Sendo o profissional indicado sócio da LICITANTE, essa condição deverá ser comprovada com a cópia do ato constitutivo da sociedade.

14.3.2.2. Não sendo sócio, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura dos profissionais detentores dos atestados apresentados, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo.

14.3.2.3. O profissional indicado como responsável técnico pela futura contratação somente poderá assumir tal condição relativamente a uma LICITANTE. Serão inabilitadas aquelas LICITANTES que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função.

14.4. As certidões expedidas pelo CREA, utilizadas para fins de qualificação técnica, deverão atender ao disposto [Resolução 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA](#).

15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA DA JFROWAN

15.1. A JFROWAN e todos os seus elementos deverão ser entregues e habilitados para entrar em ambiente de produção, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma de Implantação disposto no item 16 deste Termo de Referência.

15.2. O Cronograma de Implantação determina a ativação completa da JFROWAN no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do Contrato, ora denominado dia “D”.

15.3. O atraso em qualquer das etapas descritas no Cronograma de Implantação poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a rescisão contratual.

15.4. A critério da CONTRATANTE e havendo razões fundamentadas e comprovadas pela CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE conceder a extensão dos prazos estabelecidos no cronograma.

15.5. A relação dos CIRCUITOS consta do Anexo IV-C do Termo de Referência.

16. DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

16.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de implantação do objeto e todas as etapas tem como referência o primeiro dia útil seguinte à assinatura do contrato, ora denominado dia “D”:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS MÁXIMOS	
		INÍCIO	FIM
1	Reunião presencial de alinhamento.	D	D+02
2	Verificação das instalações da CONTRATANTE (Site Survey) e emissão de um Projeto Preliminar de Instalação.	D+03	D+07
3	Análise do Projeto Preliminar de Instalação pela CONTRATANTE.	D+08	D+10
4	Apresentação de Cronograma de Implantação.	D+11	D+20
5	Implantação da infraestrutura do NÓ CENTRAL e dos CIRCUITOS das SSJJIP, UAA-GUM e SSJVHA e inclusão desses CIRCUITOS na Solução de Monitoramento descrita no item B.9, subitem 9, do Anexo III-B do Termo de Referência.	D+21	D+60

16.2. Os prazos que se encerrarem em dias não úteis terão a verificação do adimplemento realizada pela CONTRATANTE no primeiro dia útil subsequente.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;

17.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

17.3. Acompanhar e fiscalizar o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;

17.4. Manter toda a documentação referente à contratação, incluindo os documentos relativos à fiscalização e acompanhamento.;

17.5. Disponibilizar espaço físico nas suas dependências para alimentação elétrica e instalação dos equipamentos necessários à implementação da rede JFROWAN;

17.6. Manter o controle da segurança física dos equipamentos instalados em seus ambientes operacionais;

17.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;

17.8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e reajustes;

17.9. Designar pessoa para gerir, acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços previstos neste Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1. Executar o objeto respeitando todos os prazos, condições e especificações estipulados neste Termo de Referência;
- 18.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 18.3. Executar os serviços decorrentes da contratação, considerando cada circuito que a integra, com base nos parâmetros de qualidade e disponibilidade estabelecidos neste Termo de Referência;
- 18.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto principal ou acessório em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução incorreta ou dos materiais empregados;
- 18.5. Disponibilizar uma Central de Atendimento para a abertura e fechamento de chamados técnicos, conforme períodos, horários e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 18.6. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento;
- 18.7. Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico e da assistência técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade da rede JFROWAN;
- 18.8. Nomear preposto para, durante o período de vigência, fiscalizar, supervisionar e representá-la na execução do contrato, participando de reuniões e acompanhamentos quando solicitado ou efetivando providências quando necessárias;
- 18.9. Manter seus empregados, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeitos às normas, instruções e procedimentos de fiscalização, controle interno e segurança da CONTRATANTE;
- 18.10. Implantar, de forma adequada, juntamente com o gestor do contrato, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;
- 18.11. Utilizar equipamentos novos e sem uso, homologados pela Anatel;
- 18.12. Fornecer e exigir dos seus empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares para a execução do contrato, quando for o caso, afastando do serviço aqueles que se negarem a usá-los;
- 18.13. Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou especificação neste Termo de Referência;
- 18.14. Entregar para a CONTRATANTE, de forma digital e em língua portuguesa, todos os documentos ou artefatos gerados na execução do Contrato;
- 18.15. Disponibilizar uniforme e crachá aos técnicos responsáveis pela execução dos serviços no ambiente da CONTRATANTE;
- 18.16. Cumprir e fazer cumprir todas as diretrizes e regulamentos sobre medicina e engenharia de segurança do trabalho, em conformidade com o que preceitua a Norma Regulamentadora 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, responsabilizando-se, inteira e exclusivamente, pela segurança de seus empregados;
- 18.17. Executar os serviços e fornecer os equipamentos de acordo com as normas da ABNT, inclusive quanto às questões de natureza ambiental;
- 18.18. Observar e cumprir a legislação direta e indiretamente aplicável ao objeto contratado, não cabendo, para qualquer efeito, a alegação de desconhecimento da lei, mesmo que não especificada expressamente pela CONTRATANTE;
- 18.19. Recolher todos os equipamentos de sua propriedade que tiverem sido utilizados na execução do objeto deste Termo de Referência e que estiverem nas dependências da CONTRATANTE, bem como revogar os perfis de acesso e caixas postais que tiverem sido criados, em razão do encerramento contratual;
- 18.20. Todos os equipamentos da CONTRATADA, ou seus módulos, deverão suportar CFTV por IP, VoIP e Vídeo;
- 18.21. Cada porta de acesso à rede da CONTRATADA poderá ser subdividida em frações da banda de passagem mediante a implementação de QoS fim-a-fim no equipamento da mesma, conforme solicitação da CONTRATANTE;
- 18.22. São de responsabilidade da CONTRATADA a instalação de todo o cabeamento necessário até o quadro de distribuição interno e os equipamentos de sua propriedade. A CONTRATADA deverá identificar o cabo lógico utilizado para a conexão ao seu equipamento. Os custos de instalação deverão estar incluídos no respectivo campo referente à instalação do circuito na planilha de custos do projeto do **Anexo III-B**;
- 18.23. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE, sobre eventuais falhas, sempre que este julgar necessário;
- 18.24. Realizar manutenções preventivas e corretivas em todas as localidades da rede da CONTRATANTE;
- 18.25. Executar, após a implantação da rede JFROWAN, as solicitações do CONTRATANTE referentes a alteração de endereço ou à mudança de estrutura física dos links, observadas as condições e os prazos estabelecidos no Anexo III-B;
- 18.26. Retirar os equipamentos substituídos e/ou não utilizados, após mudança de endereço, ou qualquer outra situação que enseje a sua não utilização, devendo permanecer apenas os materiais e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da rede corporativa, observadas as condições e os prazos estabelecidos no Anexo III-B;
- 18.27. Configurar os avisos de trap-SNMP dos equipamentos de acesso, para serem enviados para o seu NOC e para o NOC da CONTRATANTE;
- 18.28. Configurar o envio de SYSLOG (log do sistema) nos equipamentos das UNIDADES e do NÓ CENTRAL de acordo com as configurações determinadas pela CONTRATANTE, visando alimentar seu sistema de gerenciamento de logs;
- 18.29. Zelar pela segurança e confidencialidade dos dados transmitidos através da rede corporativa, vedando-se qualquer compartilhamento da rede sem a prévia e expressa manifestação da CONTRATANTE;
- 18.30. Durante a implantação do projeto, será mantido o funcionamento da rede atual, que será desativada após os aceites das novas instalações.
- 18.31. A CONTRATADA deverá atender os requisitos determinados pela Lei de Cotas (Lei 8.213 de 24 de julho de 1991) concernente ao Portador de Necessidade Especiais (PNE). Essa lei arrola em seu inciso I, II, III e IV, art. 93º - “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados 2%; II – de 201 a 500 – 3%; III - de 501 a 1.000 – 4%; IV de 1.001 em diante – 5%”.
- 18.32. Os profissionais da CONTRATADA devem observar as regras de conduta dos servidores e gestores, conforme definido na norma do Art. 3º do Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus instituído pela Resolução CJF nº 147/2011.

19. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO CONTRATANTE E DA EMPRESA CONTRATADA

- 19.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 19.2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 19.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 19.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o

Contrato quanto aos aspectos administrativos;

19.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

20. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS

20.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar instrumentos para a solicitação de serviços, quais sejam: telefone (0800 ou de custo local na cidade de Porto Velho/RO), e também sistema WEB, e ainda e-mail.

21. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE ou SLA)

21.1. Os serviços contratados deverão estar disponíveis pelo período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

21.2. A CONTRATADA deverá possuir uma estrutura de atendimento do tipo Help Desk, acessada mediante número telefônico fixo pertencente à área tarifária 69 e também por número de WhatsApp, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

21.3. Os indicadores de qualidade de serviços com os respectivos limiares relativos ao desempenho da CONTRATADA no que diz respeito ao atendimento dos níveis de serviços prestados e à periodicidade de aferição dos indicadores, bem como às penalidades a serem aplicadas em caso de não atendimento, serão aferidos de acordo com condições a seguir:

I – Índice de Disponibilidade Mensal (D):

a) O Índice de Disponibilidade Mensal (D) mede o percentual de tempo durante o período do mês de operação em que os serviços de um CIRCUITO venham a permanecer em plena disponibilidade e dentro dos limites de Latência RTT e Perda de Pacotes:

- Latência RTT Máxima: 20 ms;
- Índice Máximo de Perda de Pacotes IP: 1%.

b) O valor mínimo aceitável para o Índice de Disponibilidade Mensal (D) para os CIRCUITOS da SSJIP, SSJGUM e SSJVHA será de **99,45% (noventa e nove vírgula quarenta e cinco por cento)**;

c) O Índice de Disponibilidade Mensal de cada CIRCUITO será calculado mediante a seguinte fórmula: $D = [1 - (TI/TM)] \times 100$, onde:

D é o Índice de Disponibilidade Mensal do CIRCUITO.

TI é o somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, medido em cada CIRCUITO, no mês de faturamento.

TM é o Tempo Total Mensal de operação em minutos, no mês de faturamento.

d) O somatório dos Períodos de Indisponibilidade (TI), em minutos, medido em cada CIRCUITO no mês de faturamento será calculado da seguinte forma:

$$T_I = \sum_{n=1}^n \Delta P_n$$

onde: ΔP_n representa um período de indisponibilidade qualquer, medido em minutos, ocorrido no mês.

II – Percentual de Uso de Memória:

a) O Percentual de Uso de Memória representa a razão entre o uso de Memória e a capacidade total da Memória dos ROTEADORES DE ACESSO e ROTEADORES CONCENTRADORES;

b) O Percentual de Uso de Memória será calculado utilizando os valores de medições coletados dos CPEs, mediante o protocolo SNMP, a cada período de 5 (cinco) minutos;

c) O Percentual de Uso de Memória máximo admitido é de **70% (setenta por cento)**.

21.4. Um CIRCUITO será considerado indisponível quando da ocorrência de qualquer tipo de problema que impeça ou degrade a transmissão ou a recepção de pacotes, ficando a CONTRATADA isenta de responsabilidade por indisponibilidades comprovadamente geradas pela CONTRATANTE.

21.5. Para o cálculo do índice de disponibilidade nos meses em que não ocorra ativação ou desativação do CIRCUITO, o Tempo Total Mensal (TM) do respectivo CIRCUITO será de 43.200 minutos e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias.

21.6. Para o cálculo do índice de disponibilidade, nos meses de ativação e de desativação do CIRCUITO, o Tempo Total Mensal (TM) do respectivo CIRCUITO será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço expressos em minutos, considerando-se o mês comercial de 30 (trinta) dias.

21.7. A violação de qualquer um dos níveis de serviço definidos neste contrato só poderá ser desconsiderada pela CONTRATANTE quando for decorrente de uma das seguintes ocorrências:

I – Falha em algum equipamento de propriedade da CONTRATANTE;

II – Falha decorrente de procedimentos operacionais da CONTRATANTE;

III – Falha de qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela CONTRATANTE;

IV – Eventual interrupção programada, quando necessária ao aprimoramento e à implantação de adequações do serviço, desde que previamente negociada entre as partes.

21.8. A ocorrência de qualquer tipo de interrupção no CIRCUITO deverá ser comunicada mediante e-mail a todos os membros da equipe técnica de acompanhamento dos serviços da CONTRATANTE e mediante ligação telefônica para pelo menos um deles. Os membros da referida equipe serão definidos pela CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato.

21.9. A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, alterar os membros da equipe técnica de acompanhamento dos serviços, devendo comunicar formalmente essa mudança à CONTRATADA.

21.10. O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância no CIRCUITO, seja ele decorrente de defeito ou configuração de equipamentos de transmissão de dados, será o estabelecido no item B.12, subitem 7, do Anexo III-B.

21.11. Em caso de necessidade de interrupção para manutenção programada, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

21.12. A inobservância dos indicadores de qualidade ensejará a glosa sobre o valor mensal do respectivo circuito, conforme item B.14 do Anexo III-B e Anexo VI-E, e sujeitará a CONTRATADA à aplicação de penalidade por parte da CONTRATANTE.

22. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

22.1. Toda a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA deverá ser formal, por escrito, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação, podendo ser realizada por meio de ofícios, e-mails ou reuniões repassadas a termo.

22.2. Os documentos administrativos ou quaisquer assuntos técnicos e operacionais serão encaminhados para o e-mail seinf.ro@trf1.jus.br.

23. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DURANTE O PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO

23.1. Durante o período de implantação do objeto, haverá dois tipos de recebimento: o Recebimento Provisório e o Recebimento Definitivo.

23.2. O recebimento provisório dos CIRCUITOS, durante o período de implantação, dar-se-á de modo unitário, conforme estipulado no Anexo V-D do Termo de Referência.

23.3. Os requisitos para aceitação provisória de um CIRCUITO serão compostos pelos testes de conectividade e transferência de dados descritos no Anexo V-D do Termo de Referência, sendo considerado aceito o CIRCUITO quando atendidos todos os requisitos exigidos pela CONTRATANTE.

23.4. Ocorrendo a aceitação de um CIRCUITO será emitido o respectivo Termo de Recebimento Provisório – TRP.

23.5. Considera-se que há normalidade no funcionamento dos CIRCUITOS quando a infraestrutura locada apresentar estabilidade no Período de Funcionamento Experimental (PFE), o qual consiste no período contado do primeiro dia útil seguinte ao recebimento provisório do CIRCUITO até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD, não podendo ser objeto de cobrança pela CONTRATADA, visto que indispensável à aceitação definitiva.

23.6. O Termo de Recebimento Definitivo – TRD será emitido englobando todos os CIRCUITOS, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contado do primeiro dia útil seguinte à emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP do último CIRCUITO entregue pela CONTRATADA.

23.7. O Termo de Recebimento Definitivo – TRD não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento da rede quanto às facilidades e vantagens oferecidas durante a vigência do Contrato.

24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO APÓS A COMPLETA IMPLANTAÇÃO

24.1. A CONTRATADA deverá encaminhar, mensalmente, em formato digital, a nota fiscal dos serviços para a CONTRATANTE, por intermédio da Seção de Tecnologia da Informação – Seinf, no endereço eletrônico seinf.ro@trf1.jus.br.

24.2. A CONTRATANTE poderá modificar a qualquer tempo o endereço de entrega da nota fiscal ou a unidade organizacional responsável pelo recebimento.

24.3. A CONTRATADA deverá certificar-se da exatidão da nota fiscal emitida, considerando sempre as glosas eventualmente ocorridas no mês.

24.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá enviar uma nota fiscal corrigida, por meio de correio eletrônico, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do prazo de recebimento da comunicação de irregularidade, ficando suspensa a liquidação e o pagamento até que a CONTRATADA regularize a pendência.

24.5. Os valores referentes aos serviços de instalação deverão ser cobrados em parcela única.

24.6. Os valores referentes aos serviços de locação de equipamentos de telecomunicações deverão ser cobrados em parcelas mensais, na forma do Contrato.

24.7. O pagamento será efetuado mensalmente devendo constar do faturamento os serviços aceitos pelo CONTRATANTE até o último dia do mês de referência do faturamento.

24.8. Deverá constar da Nota Fiscal/Fatura o número do contrato firmado com o CONTRATANTE.

24.9. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a partir do 1º (primeiro) dia útil de cada mês o documento de cobrança referente ao mês anterior, acompanhado:

24.9.1. De relatório contendo o detalhamento dos serviços executados.

24.9.2. De relatório de Indicadores de Níveis de Serviço Exigidos (NSE ou SLA) emitido pelo CONTRATANTE por meio da solução de gerenciamento de serviços de TI (*Information Technology Service Management* – ITSM).

24.9.3. O conteúdo detalhado e a forma dos relatórios serão definidos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em reunião a ser agendada após assinatura do contrato e ajustados sempre que necessário.

24.10 O atesto do documento de cobrança ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento pelo CONTRATANTE.

24.11 O pagamento será efetivado pelo CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis, contados do atesto do respectivo documento de cobrança.

24.12 Havendo incorreções no documento de cobrança ou na documentação que deve acompanhar o faturamento ou quaisquer outras circunstâncias que desaprovem a liquidação da despesa, o pagamento será sustado e os documentos serão devolvidos à CONTRATADA, acompanhados das razões da devolução, para as devidas medidas saneadoras pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

24.13 O pagamento será realizado após serem descontadas eventuais glosas, multas e quaisquer outros abatimentos previstos e, não sendo possível, recairão sobre a garantia contratual ou sobre o faturamento do mês subsequente;

24.14 Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

24.15 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP n. 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

24.16 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

24.17 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

24.18 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os

meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.20 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

24.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

24.22 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

24.23 O pagamento somente será realizado se a CONTRATADA estiver com a seguinte documentação válida: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão de Regularidade da Previdência e Certidão de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. A validade desta documentação poderá ser verificada por intermédio de consulta on-line ao SICAF.

25. DO REAJUSTE

25.1. Os preços unitários dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, ou outro que venha a substituí-lo, mantido pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, com base na seguinte fórmula: $R = (I - I_0) / I_0 \times P$, onde:

I – para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

II – para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

25.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

25.3. Caso a CONTRATADA prorogue o Contrato, renunciando expressamente ao reajuste, ocorrerá a preclusão do direito.

26. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

26.1. Para efeito de transferência de conhecimento da solução, a CONTRATADA realizará treinamento, por meio de instrutor certificado, na modalidade presencial, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas, relativo a todos os equipamentos, roteadores, protocolos e módulos que compõem a rede corporativa, especialmente quanto ao roteador de acesso, ao roteador concentrador e o protocolo de roteamento a ser utilizado.

26.2. O treinamento acima será direcionado, no mínimo, a 3 (três) servidores da CONTRATANTE, devendo observar os seguintes requisitos mínimos:

I – abordar todos os equipamentos roteadores e módulos especificados que compõem a rede JFROWAN;

II – ser realizado em português do Brasil;

III – abordar as características gerais sobre dos roteadores acesso e concentrador e os módulos, bem como funcionalidades, detalhes mecânicos, detalhes lógicos, características de projeto, operação, gerência e configuração;

IV – visualizar a topologia da rede de comunicação de dados da CONTRATADA;

V – abordar o protocolo de roteamento a ser utilizado;

VI – visualizar /configurar alarmes;

VII – visualizar /configurar eventos;

VIII – abordar o acesso às facilidades para diagnóstico de problemas (*Troubleshooting*);

IX – abordar a visualização do status de utilização dos links, incluindo velocidade contratada, velocidade em uso e taxa de erros instantâneas e em médias nos últimos períodos de minutos, 1 hora, 1 dia, 1 semana, 1 mês;

X – abordar a visualização do uso de memória dos ativos de rede envolvidos; e

XI – abordar a visualização dos dados para gestão do SLA fornecido, englobando acompanhamento sistemático (diário) dos índices de Disponibilidade e Desempenho da Rede da CONTRATANTE.

26.3. A CONTRATADA realizará, ainda, por meio de instrutor certificado, na modalidade presencial, treinamento referente à operação e configuração da solução de gerenciamento e monitoramento da rede JFROWAN, com carga horária mínima de 18 (dezoito) horas.

26.4. O treinamento acima será direcionado a, pelo menos, 3 (três) servidores da CONTRATANTE, devendo abordar a visão geral das tecnologias utilizadas nos circuitos de comunicação de dados para a solução, assim como habilitar os servidores a utilizarem os softwares disponibilizados, tendo como foco os seguintes pontos:

I – configuração dos ativos monitorados;

II – emissão de alertas;

III – emissão de relatórios;

IV – configuração de alertas;

V – abertura de chamados, dentre outros, além de dados dos serviços (localidade, circuito, disponibilidade);

VI – dados dos dispositivos (localidade, MTBF, MTTR, disponibilidade);

VII – detalhamento de falhas (elemento, data/hora, duração);

VIII – monitoramento dos chamados;

IX – tipo de fechamento - histórico (chamados, falhas);

X – chamados por localidade;

- XI – acionamento de Campo;
- XII – forma de Abertura dos Chamados - proativa e reativa;
- XIII – tempo de recuperação de falhas - tipo de problema, tipo de falhas;
- XIV – tempo de recuperação de falhas - intervalos de resolução;
- XV – monitoramento de ocorrências;
- XVI – alarmes; e
- XVII – eventos.

26.5. Os treinamentos serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, nos 30 (trinta) dias anteriores à entrega provisória da rede, sendo agendados, junto ao gestor do contrato ou servidor devidamente designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

26.6. A CONTRATADA organizará os treinamentos em módulos, cujas ementas e conteúdos programáticos serão previamente disponibilizados para análise e aprovação do gestor do contrato.

26.7. A CONTRATADA fornecerá todo o material didático, os quais serão compostos de apostilas e/ou livros e contemplarão todos os assuntos abordados, atividades de extensão comunicativa e atividades para consolidação do conteúdo apresentado, além de outros materiais necessários à aplicação de sua metodologia de ensino, disponibilizando-o aos participantes até a primeira hora de cada treinamento.

26.8. A confecção, impressão, distribuição, qualidade e fornecimento do material didático será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

26.9. Os treinamentos serão realizados das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, com intervalos de 15 minutos, a partir das 10 horas e das 15 horas de cada dia de treinamento.

26.10. Em hipótese alguma será aceita cópia (xerox) de material didático ou material que viole direito autoral de terceiros.

26.11. A CONTRATADA prezarão pelo cumprimento dos horários de início e de término das atividades dos treinamentos, devendo compensar eventuais atrasos, em horário a ser ajustado com o gestor do contrato, a fim de manter a integralidade das capacitações.

26.12. Ao final de cada treinamento, os participantes que obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária realizarão uma avaliação, através de questionário, analisando os seguintes itens:

- I – adequação do conteúdo programático;
- II – adequação da carga horária;
- III – qualidade do material didático;
- IV – conhecimento do instrutor;
- V – aprendizagem e aproveitamento individual.

26.12.1. Para cada quesito avaliado o participante deverá atribuir uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), devendo justificar sucintamente a nota atribuída em cada quesito.

26.12.2. Será considerado insatisfatório o treinamento cuja média das avaliações seja inferior a 6 (seis).

26.13. Considerado insatisfatório o treinamento, poderá ser exigida da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, a realização de novo treinamento, atentando-se para as razões que levaram à insatisfação com o treinamento anteriormente ofertado.

26.14. Concluído satisfatoriamente o treinamento, a CONTRATANTE emitirá um “Termo de Aceite do Treinamento”.

26.15. A CONTRATADA deverá fornecer, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do término dos treinamentos, o Certificado de Participação respectivo para os servidores que obtiverem o aproveitamento mínimo exigido.

26.16. A infraestrutura e os equipamentos necessários à realização dos treinamentos serão providenciados pela CONTRATANTE.

27. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

27.1. Não se aplica.

28. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

28.1. A licitação submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no [Decreto n. 7.174, de 2010](#), com enquadramento ao [inciso II do art. 16-A da Lei n. 8.248/91](#).

28.1.1. O exercício do direito de preferência será concedido após o encerramento da fase de lances.

28.2. Aplicam-se as regras de preferência previstas no art. 5º do Decreto n. 7.174/2010, com a classificação das LICITANTES cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) – empate ficto – acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência previsto na legislação.

29. DA GARANTIA

29.1. A LICITANTE vencedora apresentará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do Contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/1993.

29.2. A garantia permanecerá válida durante toda a vigência contratual e por, no mínimo, 3 (três) meses após o término da contratação, devendo ser renovada a cada prorrogação e atualizada a cada reajustamento ou modificação do valor do contrato, ou sempre que utilizada, total ou parcialmente, para recolhimento de multas, indenizações ou obrigações contratuais devidas pela contratada.

29.3. O prazo para comprovação da renovação, atualização ou recomposição da garantia é de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

29.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 29.4.1. Prejuízos advindos de descumprimento do objeto e das demais obrigações contratuais;
- 29.4.2. Multas punitivas aplicadas à contratada; e
- 29.4.3. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da contratada, ou de qualquer de seus funcionários, prepostos ou representantes, durante a execução do Contrato.

29.5. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior ou que apresentem condições restritivas que impeçam ou dificultem a sua execução pela CONTRATANTE.

29.6. A inobservância dos prazos fixados para apresentação, renovação, atualização ou recomposição da garantia ensejará a aplicação de multa, por dia de atraso, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

29.6.1. O valor da multa moratória por atraso na garantia poderá ser glosado dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

29.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a título de garantia, sem prejuízo às sanções cabíveis.

29.7.1. O bloqueio tratado no item acima não gera direito a compensação financeira para a contratada, podendo ser substituído, a qualquer tempo, mediante a apresentação de garantia por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/1993.

29.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

28.9. Em caso de garantia na modalidade fiança bancária, deverá constar, na carta de fiança, expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 da Lei 10.406/2002, com cláusula de atualização nos termos do item 77.

29.10. A opção pelo seguro-garantia somente será aceita se a seguradora ou garantidora das obrigações assumidas pela CONTRATADA declarar expressamente, no instrumento competente, a ciência das cláusulas de inadimplemento do contrato e de suas respectivas sanções, às quais estará vinculada incondicionalmente para efeito de pagamento da quantia segurada ou garantida, mediante simples requisição da CONTRATANTE, independentemente de manifestação prévia do tomador ou afiançado.

29.11. Os títulos da dívida pública interna deverão ser apresentados na formal escritural, registrados em centrais de liquidação e de custódia autorizadas pelo Banco Central do Brasil – Bacen e oferecidos em garantia pelo valor econômico informado pelo Tesouro Nacional.

29.11.1. Não serão admitidos títulos ou apólices cartulares da dívida pública interna, certificados de custódia ou outros que não atendam às condições deste item.

29.12. A garantia será liberada mediante solicitação da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, desde que comprovada a inexistência de pendência contratual.

30. DAS PENALIDADES, GLOSAS, E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei 10.520, de 2002 e no artigo 49 do Decreto n. 10.024, de 2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do Sicaf e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a CONTRATADA que:

- I – Apresentar documentação falsa;
- II – Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III – Falhar na execução do contrato;
- IV – Fraudar na execução do contrato;
- V – Comportar-se de modo inidôneo;
- VI – Cometer fraude fiscal;
- VII – Fizer declaração falsa.

30.2. Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 337-H, 337-L, 337-M - do código Penal (Decreto Lei nº 2.848/1940).

30.3. O retardo na execução do objeto estará configurado quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a prestação do serviço na data de início deste contrato.

30.4. Pelo descumprimento de obrigação contratual por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE aplicará multa sobre o valor do contrato, observada as graduações e condições estabelecidas a seguir:

- I – atraso injustificado na **realização da reunião de alinhamento** e/ou na apresentação do projeto de implantação da rede JFROWAN, em desconformidade com os prazos estabelecidos no item 16 deste instrumento: 0,2% do valor total do contrato, por dia de atraso;
- II – atraso injustificado no **fornecimento definitivo da Rede JFROWAN**, em desconformidade com o prazo estabelecido no item 23 deste instrumento: 0,1% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- III – atraso injustificado no **fornecimento dos certificados de participação no treinamento**, em desconformidade com o disposto no item 26 deste instrumento: 0,03% do valor total do contrato, por ocorrência;
- IV – atraso injustificado na **alteração das configurações da rede JFROWAN**, em desconformidade com o disposto no item B.15 do Anexo III-B do Termo de Referência : 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência;
- V – atraso injustificado na **entrega dos relatórios de eventos previstos no item B.14** do Anexo III-B do Termo de Referência: 0,1% do valor total do contrato, por ocorrência;
- VI – **ausência de reparo após o decurso dos prazos** dispostos no item B.12 do Anexo III-B do Termo de Referência: 4% (quatro por cento) do valor mensal do circuito, por hora ou fração de atraso, até o limite de 10 (dez) horas;
- VII – **utilização de equipamentos em desconformidade** com as características estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos: 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência;
- VIII – **índice de disponibilidade mensal de um circuito inferior a 99,45%** (noventa e nove inteiros e quarenta e cinco décimos por cento), em desconformidade com o disposto no item 21 deste instrumento, além da glosa: 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do circuito, por minuto de indisponibilidade, limitada ao valor mensal do circuito.
- IX – **inexecução ou inadimplemento parcial** do objeto: 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida ou inexecutada contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral e da aplicação de outras sanções contratuais cabíveis.
- X – **inexecução total** do objeto: 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral e da aplicação de outras sanções contratuais cabíveis.

30.5. Havendo recusa da empresa em assinar o contrato, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, independe da responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE.

30.6. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento da notificação pela empresa.

30.7. Quando não puder cumprir com os prazos contratuais, a empresa apresentará justificativa ao gestor do contrato, por escrito, acompanhada da documentação comprobatória e da proposta de prazo para a regularização da pendência, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

30.8. Recusada a justificativa ou a proposta ou vencido o prazo sem o cumprimento da obrigação, a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe um prazo limite para a providência, cujo descumprimento caracterizará a recusa do objeto e a inexecução parcial do contrato, sem prejuízo das sanções contratuais decorrentes do atraso.

30.9. O valor acumulado das multas não ultrapassará o percentual de 20% do valor total do contrato.

30.10 A multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com às demais sanções contratuais.

30.11 As multas não possuem caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo ressarcimento integral dos danos correspondentes.

30.12 O valor da multa ou do ressarcimento será descontado da garantia contratual e, caso insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida pela CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação da CONTRATANTE, podendo ser cobrada judicialmente.

30.13 Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA e não havendo satisfação da importância devida, haverá encaminhamento da multa para inscrição em dívida ativa.

30.14 Em garantia ao contraditório e à ampla defesa, na aplicação de qualquer sanção, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

31. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

31.1. O Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666, de 1993, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente do CONTRATANTE, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último dia.

31.1.1. A vigência indicada é justificada pela complexidade da contratação e de seu objeto e pelo esforço exigido na gestão da prestação dos serviços.

31.2. A prorrogação contratual pressupõe anuência do CONTRATANTE e da CONTRATADA, demonstrada a manutenção da vantagem para o CONTRATANTE das condições CONTRATADAS e do preço praticado.

31.3. Em até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência do contrato, a CONTRATANTE realizará consulta à CONTRATADA sobre o interesse em prorrogar o instrumento contratual. A falta de interesse na prorrogação deverá ser manifestada expressamente pela CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias contado do recebimento da consulta, com vistas a viabilizar um novo processo licitatório.

31.4. Nas eventuais prorrogações, os custos fixos ou variáveis não renováveis, que já tenham sido pagos ou amortizados nos anos anteriores, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

31.5. O término do prazo de vigência não exige a CONTRATADA das obrigações assumidas, em relação às garantias oferecidas.

32. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

32.1. As despesas decorrentes da presente contratação, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

32.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a. Gestão/Unidade: 90025;
- b. Programa de Trabalho: 168364;
- c. Elemento de Despesa: 339040.

32.2. Para os demais exercícios, as despesas serão suportadas pelos valores constantes das propostas orçamentárias da Seção Judiciária de Rondônia.

33. DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

33.1. Conforme item B.16 do Anexo III-B.

34. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

34.1. Durante a vigência do Contrato, a execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Tecnologia da Informação – Seinf, ou por outro representante da CONTRATANTE, devidamente designado como gestor do contrato, permitida a assistência de terceiros.

34.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

34.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da gestão do contrato deverão ser remetidas e solicitadas ao seu superior imediato em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.

34.4. Caberá ao gestor do contrato atestar a conformidade do serviço prestado pela CONTRATADA, para fins de pagamento, devendo sustar e glosar aqueles executados em desacordo com as especificações do contrato.

34.5. O acompanhamento e a fiscalização da CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

34.6. Para fins de acompanhamento do adimplemento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA entregará ao gestor do contrato, mensalmente, acompanhada da nota fiscal/fatura do mês de referência, a seguinte documentação:

- a. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF; e
- c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

34.7. As certidões estabelecidas no item anterior serão conferidos pelo gestor do contrato, podendo ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do Sicaf.

35. DA GLOSA

35.1. A CONTRATADA apresentará mensalmente relatório detalhado dos índices de disponibilidade e dos eventos ocorridos em cada CIRCUITO durante o mês de referência da medição, observando as condições e procedimentos estabelecidos no item B.14 do Anexo III-B e, principalmente, no Anexo VI-E.

35.2. Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá manter o registro dos eventos ou ocorrências que porventura tenham provocado interrupções ou falhas nos CIRCUITOS, a fim de justificar a não consideração destes períodos de indisponibilidade perante a CONTRATANTE.

35.3. Alterações nos índices de disponibilidade identificadas após a emissão da fatura e que impliquem em modificações nos descontos calculados serão

validadas de comum acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e contempladas em fatura subsequente.

36. DA SUBCONTRATAÇÃO

36.1. NÃO será permitida a subcontratação total ou parcial do SERVIÇO a ser prestado pela CONTRATADA para o atendimento das especificações exigidas neste Termo de Referência.

36.2. Será admitida a subcontratação de fibras ópticas escuras e de canais DWDM, dos serviços de instalação e manutenção de equipamentos e de infraestrutura de telecomunicações, à exceção de antenas e rádios, pela CONTRATADA, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.

37. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

37.1. Não será permitida a formação de consórcio para o atendimento das especificações exigidas neste Termo de Referência, pois não há questões de alta complexidade e de relevante vulto que impeçam a participação isolada de empresas e assim justificar a união de esforços. Nesta contratação, a participação em consórcio não amplia o leque de concorrentes, apenas aumenta a complexidade administrativa da gestão contratual.

38. DO CONTRATO

38.1. A execução dos serviços deste Termo de Referência será regulada através da lavratura de Termo de Contrato, conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93.

38.2. Como condição para assinatura do Contrato e emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU.

38.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, que seguirá a ordem abaixo:

- a. Após a autorização da contratação, a pessoa física será convocada pela Seção de Compras e Licitações – Selit, por e-mail, para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI de seu representante legal;
- b. Assim que finalizado o cadastro de Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI a pessoa física será convocada, também por e-mail, para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Selit.

38.4. Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do Termo de Contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado e a impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

38.5. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e condições constantes neste instrumento, no Contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou que contrariem o fim a que se destina a contratação.

39. DO FORO.

39.1. Fica eleito o foro da justiça federal – Seção Judiciária de Rondônia, em Porto Velho/RO, para dirimir dúvidas ou sanar litígios decorrentes da contratação.

Porto Velho/RO, na data da assinatura eletrônica.

Nilson Carlos de Amorim

Supervisor da Seinf



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Assessor(a) Adjunto IV**, em 28/06/2023, às 16:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **18454305** e o código CRC **A56DB5C0**.